

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.507.642 - GO
(2019/0148070-3)**

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : HERCULES EVANDRO RAMOS SOARES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS

EMENTA

AGRAVOS REGIMENTAIS NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO PRIVILEGIADO. EXISTÊNCIA DE PROCESSOS CRIMINAIS. POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO PARA AFASTAR CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. DEDICAÇÃO AO TRÁFICO AFASTADA. REVISÃO. NECESSIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVOS IMPROVIDOS.

1. A Terceira Seção, no julgamento do EREsp 1.431.091/SP, firmou a orientação de que inquéritos policiais e ações penais em curso, referentes a fatos pretéritos, podem ser utilizados para afastar a causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/06.
2. Tendo o Tribunal de origem, a par das anotações criminais, reputado preenchidos os requisitos legais para a concessão do benefício, considerando-as insuficientes para caracterizar a dedicação a atividades criminosas, dada as peculiaridades do caso concreto, a pretendida revisão do julgado encontra óbice na Súmula 7/STJ.
3. Agravos regimentais improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento aos agravos regimentais, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator